

Repudiar as TESES Oportunistas do C. C., lutar por Uma Linha Revolucionária (IV)

MARTIM SILVA

Situar a insurreição armada como mera alternativa, como algo que pode ou não suceder, é na prática desarmar-se ideológica e politicamente para uma luta dura e difícil. Não tem qualquer sentido recomendar a preparação para formas não pacíficas de luta quando se continua a alimentar ilusões no chamado caminho pacífico, a fazer das eleições o centro da atividade política e a ver na luta armada uma simples eventualidade.

Em relação a isto é doloroso a experiência de nosso Partido, mas os autores das Teses — para escaparem à autocrítica — fazem questão de não considerá-la. Também dizem nos resoluções do V Congresso: "Em desespero de causa, os inimigos podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Enquanto acumulam forças para transformar em realidade a possibilidade de uma solução pacífica, o proletariado e seus aliados não devem jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tornar a revolução vitoriosa por um caminho 'não pacífico'." (grifo é nosso — M. S.).

Ai também a luta armada aparece como uma simples contingência, como algo que poderia ou não acontecer. As formulações das Teses de CC relativas a este problema não passam de uma repetição, em outras palavras, de nossa orientação anterior, não avançam um milímetro além do que se dizia no V Congresso, como se nestes seis anos decorridos a vida não nos houvesse ensinado nada de novo. Entretanto, o todo do mundo sabe qual foi o resultado prático daquela orientação. A falsa concepção do caminho pacífico — desarmar o Partido e as massas, desmobilizá-las no terreno ideológico, político e material, incapacitando-as de qualquer preparação para enfrentar a violência reacionária desenhada a 1º de abril. É pura mistificação, portanto, difundir entre o povo a ilusão da revolução pacífica e, ao mesmo tempo, preverem que ele se prepare para a luta armada.

Ao considerarmos necessária a preparação de povo para a luta armada, não estamos recomendando a articulação de "putscha" de pequenos grupos, nem o abandono do trabalho nas organizações de massas ou a renúncia às possibilidades legais de ação política. Ao contrário, pensamos que ela só pode surgir e desenvolver-se a partir do movimento de massas como consequência de outras formas de luta popular, culminando em protestos e manifestações, as greves operárias e ações camponesas pela terra. É na medida em que defenderem seus direitos mediante tais formas de ação, e nesta luta enfrentarem a violência das forças reacionárias, que as massas compreende-

ão, por sua própria experiência, a necessidade de empunhar armas contra a reação. Mas só seguindo este caminho se as forças revolucionárias rechaçarem a ilusão reformista da via pacífica e abrirem diante delas a perspectiva clara da insurreição popular.

3. As Teses preconizam a tática conciliadora da burguesia

Além de abandonar os objetivos revolucionários e manter de modo permanente a concepção oportunista do "caminho pacífico", o documento do CC trata uma tática de luta contra a ditadura que, embora revista de uma fraseologia pseudo-revolucionária, não se distingue em essência da política conciliadora dos setores mais vacilantes da burguesia nacional.

Ao analisarmos as consequências do golpe, reconhecem as Teses que foi implantada a "ditadura militar das forças mais retrógradas e antinacionais", assim que o grupo dominante "vem modificando a estrutura política do país e impondo um novo regime, fascista", e concluem que "há pouco, vem sendo colocado à margem da vida política, limitando-se ao extremo o direito de voto". Até aí o que temos é a mera constatação do óbvio. Mas as Teses não fazem dessa análise e conclusão necessária, sem a qual não é possível qualquer perspectiva concreta para a luta das forças populares. Se vivemos sob uma ditadura militar reacionária, se as instituições políticas do país foram modificadas e imposto um regime fascista, é forçoso é concluir que não existe agora, para o povo, qualquer possibilidade de substituição do regime pela via eleitoral. Estes fechados às forças populares, pela própria ditadura, os caminhos legais para a formação de um governo democrático. Sem esta conclusão não é possível elaborar uma política revolucionária. Porque a questão básica a resolver, no que se refere ao caminho a ser seguido, é precisamente esta: — Existe para o povo a possibilidade de substituir a ditadura utilizando a falsa "legalidade" criada pela própria ditadura, ou esta possibilidade não existe e devemos abrir a perspectiva de derrubada do regime ditatorial?

Em relação a este problema crucial, mais uma vez os autores das Teses procuram mascarar a posição oportunista, fingindo desconhecer a existência dele e fugindo manhosamente a uma resposta direta, numa atitude indigna de verdadeiros dirigentes revolucionários. Malgrado toda a camuflagem empregada, no entanto, as concepções conciliadoras da burguesia nacional que constituem o substrato das Teses, acabam por se manifestar em uma série de itens fundamentais.

Tomemos, inicialmente, a questão das eleições consentidas. Se estamos sob uma ditadura reacionária, se esta modifica o sistema político e impõe um regime fascista-

te, se o povo é excluído das eleições para a Presidência da República e os governos dos Estados, se as próprias eleições diretas para o Poder Legislativo são reduzidas a uma farסה, em vista da lei de inelegibilidades, das cassações e da restrição à liberdade de propaganda, como é possível alimentar ilusões neste processo eleitoral e difundir entre o povo tais ilusões?

Não somos contrários, em princípio, à participação nos pleitos diretos consentidos pela ditadura. Acha-nos que tais eleições ainda podem ser utilizadas, em certas circunstâncias, como uma tribuna de agitação contra o regime ditatorial, como um elemento, embora precário, de combate à sua política. Mas qualquer decisão de concorrer às eleições deve ser precedida de uma firme advertência de que os pleitos eleitorais não podem constituir, na presente situação, o caminho para a conquista da liberdade. Ao participarem de qualquer campanha eleitoral, as forças revolucionárias devem mostrar claramente às massas que estas eleições não são livres, sem podem expressar realmente a vontade do povo. Só assim poderão impedir que as massas sejam enganadas pela falsa expectativa de substituição do atual regime por via eleitoral. Só assim poderão elevar a consciência política do povo e abrir diante dele a perspectiva revolucionária.

Esta não é, porém, a posição assumida pelas Teses de CC, onde se diz apenas que "devemos participar das eleições consentidas como importante meio para unir as correntes que se opõem à ditadura, desarmar sua política diante das massas e infringir-lhe derrotas que a debilitem, apresentando deste modo sua derrocada" (Tese 59, capítulo V). Nessa palavra sobre o fato de que as eleições não podem ser agora a via para derrubar a ditadura. Nem uma advertência sobre a necessidade de mostrar ao povo que as eleições não são livres. Evidentemente, os autores das Teses estão imbuidos das mesmas esperanças eleitorais dos políticos oponentistas burgueses, situando-se na condição nada honrosa de caudatários desses políticos e semeando ilusões no processo eleitoral fraudado como instrumento de luta contra a ditadura.

Sua intenção é continuar aplicando a fraude feita na Resolução do CC de maio de 1965, até hoje reputada como válida pela direção partidária, de vez que não mereceu qualquer palavra de autocrítica. Naquele documento, as eleições eram consideradas, na prática, a principal forma de luta, e faziam-se seguintes afirmações: "Não existem alternativas factíveis à luta por eleições livres e nossa participação ativa em todas as campanhas eleitorais se revestirá de enorme importância para fazer avançar a luta pelas liberdades democráticas e pela conquista de um novo governo" (grifo nosso — M. S.). Em outro trecho, chegava-se ao ab-

surdo de dizer que "fazenda da campanha eleitoral (do 1965) uma campanha de massas será possível assegurar a realização das eleições livres" (grifo nosso — M. S.). Isto era dito depois da implantação da ditadura, das cassações de mandatos e de direitos políticos, com as prisões cheias de cidadãos e o Congresso esvaziado preparando a toquise de-caixa a lei das inelegibilidades. Os fatos vieram comprovar o quanto eram falsas aquelas afirmações. Entretanto, a direção do Partido não se recusa a fazer qualquer auto-crítica dos erros da Resolução de maio de 1965 como ainda pretende repetir nos Teses de 1966, insistindo em abrir uma perspectiva de solução eleitoral nas condições da ditadura.

Já nas circunstâncias anteriores a 1º de abril, quando havia no país relativas liberdades democráticas, as eleições se revelaram um instrumento extremamente limitado de luta. Apresentá-las como o caminho a trilhar para a ditadura é apontar ao povo uma saída falsa e desviado deliberadamente do caminho revolucionário. Deste modo, a política eleitoral do CC só pode contribuir para o êxito da tática adotada em nosso país pelo imperialismo norte-americano e pela reação interna. Na situação atual do mundo e, em particular, num país como o Brasil, já se possuiu certas tradições democráticas e as forças reacionárias consideram preferível manter seu domínio sob a forma de uma pretensa "democracia representativa", que dá ao povo alguma ilusão de liberdade, mas o exclui realmente do poder político. Enquanto podem dominar através de eleições controladas e de um governo supostamente legal, preferem fazê-lo, para tentar ampliar sua base política, adquirir certa estabilidade e desviar o povo do rumo da revolução.

Se, ao invés de desarmarmos a luta eleitoral que se pretende encerrar e denunciar o seu caráter fraudulento, infundirmos no povo esperanças vis de que este pode o caminho para derrotar o governo ditatorial, estaremos na prática ajudando a institucionalização da ditadura. Com semelhante política, as Teses do CC intentam atrair o Partido aos setores da oposição burguesa que pretendem combater o povo através da aceitação de sua espúria "legalidade" e cifram suas esperanças nas eleições consentidas. Estes setores não vacilam em chafurdar nos mais escusos compromissos com os golpistas, tendo como objetivo a chamada "normalização constitucional". Isto é, o restabelecimento do regime ditatorial com um verniz "democrático-representativo". Ao abrir uma falsa perspectiva de solução eleitoral, a direção do Partido contribui para o sucesso dessa manobra e se converte em cúmplice dos grupos mais conciliadores da oposi-

(continua)

Por uma política de frente ampla -- mas independente e consequente

ALCEU LIMA

A frente única é um dos elementos básicos da política dos partidos comunistas.

Está indissoluvelmente ligada à sua estratégia. Esta, ao enumerar o caráter e a etapa, os objetivos e as tarefas da revolução, é chamada, necessariamente, a caracterizar seu sistema de forças. Isto é, as classes e camadas sociais interessadas nesses objetivos e chamadas a realizar essas tarefas.

É, também, parte integrante de sua tática. A política dos comunistas não por ausência e base de aplicação e ação organizada e consciente das massas trabalhadoras e populares. A tática é um elemento auxiliar da estratégia e tem por tarefa indicar, com apoio nas condições concretas de cada lugar e de cada momento, os meios e os métodos, as formas de luta e os caminhos mais adequados ao avanço do movimento de massa — dos objetivos imediatos para os objetivos finais. Por isso mesmo, está chamada também a definir a estrutura e as condições mais favoráveis à unidade e à ação comum das forças revolucionárias, seu programa, suas formas do organização.

É nesse quadro que se situa a frente única.

Está, como se vê, integrado ao processo revolucionário em todo o seu caráter principal, no fim de cada etapa em que atua. Nasce, forja-se e desenvolve-se no bôjo dos fluxos e refluxos do processo de aplicação da tática do partido de vanguarda. Acompanha e serve de reflexo, assim, a todos os elementos que compõem uma tática revolucionária: as alianças fundamentais e a luta pela conquista do papel dirigente; a definição do programa, dos caminhos e das formas de luta; a ligação entre os objetivos parciais sucessivos e os objetivos estratégicos — e, como isso, a aproximação necessária entre a etapa democrática e a etapa socialista da revolução. Eis porque, ao mesmo tempo em que está presente em cada episódio ou conjuntura, por limitados que sejam seus objetivos parciais, deve estar também voltada, permanentemente, para os objetivos finais que respondem aos interesses mais profundos da classe operária e que abrem a etapa do Socialismo e do Comunismo. Somente assim ela poderá assumir gradualmente os níveis de organização, a base de massas, a experiência e o domínio das formas de luta que passam a impor-se nos níveis sucessivos da luta de classes e da resistência das classes dominantes. Eis porque o processo de formação da frente única se confunde com o próprio processo de acumulação de forças, com o encaminhamento para uma nova correlação de forças políticas e, em última instância, com o processo de assimilação de experiência política própria por parte das massas trabalhadoras e populares.

Iso não ajuda a compreender a frente única como um organismo vivo, em transformação e desenvolvimento constantes. Sua composição, sua amplitude, sua consequência revolucionária e, portanto, seus métodos

de não serão sempre os mesmos. Variação com os níveis e os limites das transformações econômicas e políticas visadas em cada situação. E variará também em decorrência do caráter das forças sociais que exercem a hegemonia em dado momento e que poderão impor, assim, a luta comum, os limites de seus interesses de classe.

Tomemos 2 exemplos recentes: em agosto de 1961, por ocasião da renúncia de Inácio Quadros, como janeiro de 1963, no momento do Referendum presidencialista, o caráter limitado dos objetivos criava condições para uma frente muito ampla: tratava-se, apenas, da restauração de princípios da Carta de 46. Na mesma época, porém, o recuo avançou e a aderência conseqüência, elevando o nível das lutas e passando à direção de outras forças sociais, levou a recuos e a manobras reacionárias, como a aceitação da emenda parlamentarista, por médo à guerra civil — e, em isso, os evasimentos do movimento popular. As mesmas razões de classe explicam o que ocorreu em março de 1964, quando do último capítulo da política de conciliação do Governo Goulart: a capitulação sem luta — ainda por médo à participação das massas populares ante o golpe militar entreguista. E explica, hoje, a política da grande burguesia e de parte da média burguesia, que não querem com os golpistas no Poder, colaboram na institucionalização da nova ordem fascizante, condenam os métodos extra-legais de luta e tentam inculcar nas massas populares ilusões quanto à "transformação gradativa" da ditadura e à "reconquista pacífica" da democracia no país.

Nossa própria experiência mostramos, assim, que, orientada essencialmente no sentido da grande burguesia e de outros setores das classes dominantes, a frente única passa a ter sua esfera de ação limitada à estreiteza dos objetivos parciais, as formas elementares das lutas de massas e, em isso, aos marcos e à "legalidade" do regime vigente. Isso decorre, naturalmente, dos limites reduzidos de seus objetivos de classe no processo revolucionário; do médo da ação independente do proletariado e das massas trabalhadoras em geral, sob a direção dos comunistas; e, em conseqüência, da necessidade de excluir do programa e do plano de ação da frente única qualquer estímulo, por pequeno que seja, à energia revolucionária das massas populares.

A vida ensina, assim, que a assimilação dos elementos componentes da frente única, através da conquista de determinadas classes e setores sociais, pode equivaler na prática, por estranho que pareça, à redução de sua convergência política, de sua capacidade de luta e de sua esfera de ação revolucionária. Isso se explica pelo caráter vacilante e incoerente desta ou daquela classe ou setor que, como o caso da burguesia nacional, o proletariado e sua vanguarda encaram, em dado mo-

mento, como seu aliado fundamental. No que se refere à grande burguesia, isso se explica ainda por suas ligações com o latifúndio, no plano interno; e por sua identificação com o sistema capitalista em seu conjunto, a cujos interesses e a cuja sorte se sente acorreada.

Iso significa que a amplitude só será efetivamente signo de força e condição de avanço para os objetivos finais se tiver por base as forças mais combativas de nossa sociedade — as massas trabalhadoras e populares, cujos interesses e reivindicações fundamentais só terão satisfação definitiva na etapa do Socialismo. A médo condição por isso está na definição de um justo sistema de alianças que tenha por base a aliança da classe operária com as massas trabalhadoras do campo — e, através dela, a conquista do polo do contingente poderoso das classes e camadas médias urbanas. Só assim, será possível a aplicação de uma política independente por parte da classe operária e de sua vanguarda — e, através dela, a ligação constante entre os objetivos imediatos e os objetivos finais, a conquista da hegemonia, o encaminhamento do processo revolucionário no sentido da aproximação crescente entre a etapa democrática e a etapa socialista. Só assim, a política dos comunistas terá as condições necessárias para fundir o esforço de unidade e a luta permanente com os heritamentos e a incoerência da burguesia aliada. Só assim, a revolução democrática poderá reverter o caráter popular que lhe serve de característica principal em nossa época.

O proletariado, as massas camponesas, as classes e camadas médias das cidades — do pequeno e médio comércio e da pequena e média produção à intelectualidade em todos os seus matizes — constituem, pois, as forças fundamentais da revolução; o núcleo básico da frente única, na etapa atual. Com apoio nesse sistema de forças, será possível aglutinar todas as classes e setores interessados na luta contra a ditadura, a começar pela burguesia nacional. Sem esse apoio, a idéia da hegemonia não passará de uma ilusão pueril. E a classe operária estaria de mãos atadas, incapacitada para uma política independente, aliada dos objetivos revolucionários e coordenada assim, irremediavelmente, à marcha a rebô e à condição de apêndice e força auxiliar da burguesia nacional. Foi o que ocorreu antes de abril de 1964. E é o que ocorre ainda hoje.

AS TESIS DO COMITÊ CENTRAL NÃO ABREM CAMINHO A UMA POLÍTICA DE FRENTE ÚNICA CONSEQUENTE E REVOLUCIONÁRIA

As tesis para o VI Congresso não têm em conta as lições da teoria e da prática sobre o conteúdo e as tarefas da frente única, na etapa atual.

Parte essencialmente móvel de nossa linha política, expressão e reflexo do conteúdo da estratégia, reduziu-se ao desenvolvimento, projeto permanente, no sentido de

nossa meta final, a tática é entretanto apresentada, no Capítulo V das Tesis, sem vinculação com a estratégia, degradada e confinada aos limites dos objetivos parciais e multilidade dos princípios revolucionários básicos que a caracterizam: a política independente de classe e a luta eleitoral pelo papel dirigente; a ligação permanente entre os objetivos parciais sucessivos e os objetivos finais; a deflatação do caminho principal do processo revolucionário; a unidade deste processo e a continuidade das etapas — democrática e socialista — da revolução.

Esta desespecialização, de fundo oportunista, não poderia deixar de refletir-se sobre o problema da frente única que, como forma de organização e expressão do sistema de forças da revolução na etapa presente, está ligada ao conjunto do processo revolucionário — de seu início a seu coroamento final. É assim que, no que se refere à frente única, as Tesis:

— insistem sobre sua amplitude — sem defini-la, paralisando, as condições de sua firmeza e de sua conseqüência (Tesis 43, 44, 47, 49, 53, 60);

— caracterizam suas forças fundamentais — mas não estimulam sua ação revolucionária. Não tomam seus interesses fundamentais como centro do Programa comum. Não levantam a bandeira do acesso das massas camponesas à propriedade da terra. Em 23 tesis que compõem o Capítulo V, só a primeira (a Tese 42) alude à meta final do Socialismo. Não caracterizam como objetivo revolucionário a conquista do Governo Provisório a instaurar-se com a derrubada da ditadura. Transferem as níveis altos da luta de classes e da luta de massas à iniciativa das forças de reação; em conseqüência, reduzem a preparação do apoio ao apoio aos movimentos de massa ao quadro elementar da autodefesa — o que equivale a limitar os níveis e o alcance das lutas de massas aos marcos do regime. Mantêm, assim, a tática sobre as formas legais de luta — e, como isso, mantem como centro da política de frente única a aliança do proletariado e da burguesia nacional;

— reconhecem a difusão da burguesia nacional — mas não denunciam a complicidade a adaptação da grande burguesia à política antipovo e antinacional da ditadura. Não chamam, assim, à aplicação do princípio de unidade e luta, face à burguesia aliada, como uma das condições de conquista da hegemonia entre as forças da revolução. Com isso, as Tesis deixam o proletariado das forças fundamentais, diluem sua política na política geral da frente única; e reduzem a ação de frente única aos marcos do regime vigente.

É evidente que, com essa tática e essa política de frente única, marcadas profundamente pelas tendências oportunistas de "direita", as Tesis do Comitê Central não podem servir de base à orientação política dos comunistas brasileiros.

(continua)

Todos os partidos do proletariado que foram adiante e obtiveram vitórias — inclusive chegando ao poder — passaram por um processo mais ou menos agudo de luta interna. Isto aconteceu na URSS, na China, em Cuba e outros países.

A experiência histórica brasileira mostra — por sua vez — que todos os passos para a frente em questões de orientação ou de correção de erros, na vanguarda do proletariado, sempre foram acompanhados de intensa luta interna.

Foi o que se deu em 1942-1945 (período do Estado Novo) e em 1956-1958 (período da ditadura do culto à personalidade). E o que se dá agora, no período de derrota imposta ao nosso povo pelo golpe militar-fascista de 1º de abril de abril de 1964.

Que é a luta interna, e o por que ocorre no partido marxista do proletariado?

A luta interna é o choque que sobrevém no seio do partido, quando se confrontam ideias contrárias, relacionadas com a prática na atividade dos militantes.

A dialética marxista incumbese de explicar o mecanismo da luta interna e sua natureza intrínseca, isto é, sua natureza própria, peculiar.

A dialética marxista mostra que, no mundo, tudo é inter-relacionado, tudo se desenvolve, quer se trate da natureza, da sociedade humana ou do pensamento. A vanguarda do proletariado brasileiro, que é um organismo social vivo, representando interesses políticos e ideológicos de uma determinada classe, não foge aos princípios da dialética marxista. O que se passa na vanguarda de nosso proletariado obedece às leis fundamentais da dialética marxista. A ideologia do partido é uma ideologia determinada, é a ideologia do proletariado. Só por isso, porém, exerce uma enorme influência a ideologia burguesa, vinda do exterior.

O choque é inevitável, sobretudo nos momentos de derrota do proletariado, quando a ideologia burguesa aproveita as brechas ocorridas no seio da vanguarda e penetra mais fundo.

A derrota do partido marxista do proletariado é — via de regra — consequência de erros que se localizam na incompleta acumulação ideológica no seio da vanguarda ou na influência desmedida exercida da ideologia burguesa. Outros casos de erros podem subsistir. Mas o fundamental consiste em causas ideológicas.

Devido, pois, ao papel ativo das ideias na sociedade e no partido marxista do proletariado, a luta interna deve obrigatoriamente ser tratada como luta ideológica, não podendo ser levada a efeito com resultados positivos, se não obedecer às leis da dialética marxista, aos princípios da filosofia marxista.

Sob o ponto-de-vista dos princípios, o primeiro cuidado na luta in-

terna é não tratá-la como luta entre inimigos.

O partido em seu conjunto luta contra os inimigos de classe. Sua finalidade é assegurar a direção da luta de classes dos trabalhadores — e como consequência a direção da luta de todo o povo pela sua libertação, a paz, o progresso, o socialismo.

A luta interna é chamada *luta interna*, no partido marxista do proletariado, exatamente para diferenciá-la da luta que teve — o partido marxista — traça e dirige em nome dos interesses políticos e ideológicos do proletariado e de todo o povo, contra os inimigos da classe operária e da nação brasileira, contra o imperialismo, contra o latifúndio, contra as classes exploradoras, contra tudo o que freia o progresso, a marcha para a frente.

A luta interna não é um reflexo da luta de classes nem a própria luta de classes no interior do partido.

No interior do partido não há tal, porque o partido não é uma organização composta de classes opostas.

Os membros do partido lutam pelos objetivos de classe do proletariado e esforçam-se por que sua consciência seja uma só — a consciência do proletariado.

Os conflitos que surgem no partido não provêm de choques de classes diferentes, atuando internamente, mas de influências ideológicas das classes que exteriormente são hostis ao desenvolvimento da consciência de classe do proletariado e de seu partido.

Os que discordam no interior do partido não são inimigos de classe. As discordâncias são uma contensão dialética do desenvolvimento da consciência e devem ser toleradas e admitidas normalmente.

Na luta interna não se trata de liquidar quadros. Não se trata de aplicar medidas de coação.

Quando a luta interna é encetada como luta de classes no interior do partido, estamos em face de um desvio, de um desvirtuamento do marxismo e sua filosofia.

Ter a luta interna na conta da luta de classes (ou de uma forma de luta de classes) é um procedimento que estimula a precipitação, favorece o clima de culto à personalidade, fomenta o poderio individual ou a luta de grupos.

É igualmente errôneo considerar a luta interna como luta desordenada, visando a desestimar o centralismo democrático, princípio diretor da estrutura e funcionamento do partido, onde a unidade e a disciplina permanecem necessária e obrigatoriamente como fundamentos partidários.

Diffundir a intolerância, exercer qualquer tipo de coação, liquidar quadros, fracionar, abalar a unidade e a disciplina, são métodos condenáveis e condenados na luta interna.

Não sendo uma luta entre inimigos, a luta interna tem que obedecer necessariamente a um méto-

do capaz de fazer avançar o partido marxista do proletariado, sem destruí-lo intrinsecamente e sem debilitar sua unidade ou enfraquecê-lo perante o inimigo de classe.

Dentro do partido não se pode evitar a luta interna. Os que pensam impedir ou deter a luta interna (ou diante dela se omitem) deconhecem a inexorabilidade das leis que presidem ao desenvolvimento social.

A luta interna, como qualquer outra luta que diz respeito a relações entre os homens, não é desacomodada por forças cegas, espontâneas, do conteúdo, a luta interna, assim como qualquer outra lei objetiva do desenvolvimento social, manifesta-se através da ação dos indivíduos. Estes, a princípio, podem ser surpreendidos com a manifestação das leis subjetivas. Ou podem ser levados a exageros e excessos no interpretá-las, ou a omissão.

Todas as leis objetivas, porém, são cognoscíveis, podem vir a ser conhecidas, e os homens podem utilizá-las ou vir a utilizá-las corretamente na sua atividade prática.

Assim, uma vez surgida, é através da ação dos homens, e através da atividade e da consciência dos membros da vanguarda que a luta interna será realizada. Os homens são seres conscientes, que se propõem determinados objetivos e se esforçam por alcançá-los.

O marxismo é o que pode haver de mais oposto e contrário ao espontaneísmo e à renúncia ao domínio das leis sociais.

Em vez de deixar que as leis objetivas se manifestem sem dominação, o materialismo histórico procura conhecê-las e utilizá-las como guia em favor da ação do proletariado.

Daí por que só há um método correto a ser aplicado na luta interna, um único método capaz de fazer avançar o partido no curso de tal luta, e este é o método dialético-materialista.

Segundo tal ponto-de-vista, a luta interna constitui a um só tempo uma luta ideológica e teórica.

A teoria por si só não pode modificar a realidade, não tem condições para tanto. Mas uma teoria impossível conhecer e dominar as leis objetivas, uma vez que o conhecimento não é mais do que a atividade teórica do homem.

Como luta teórico-ideológica, a luta interna exige que se saiba generalizar a experiência da realidade brasileira, a experiência concreta de nossa revolução e de nosso partido. E isto não se consegue sem o manejo da teoria.

O objetivo da luta interna — no seu aspecto teórico — ideológica ou como luta teórico-ideológica — é conseguir chegar a mudanças na cabeça dos homens, na consciência dos militantes da vanguarda.

A fim se podem obter transformações internas (do ponto-de-vista ideológico), transformações que facilitem melhor traçado e execução da linha política. Tudo está em obter um avanço na acumulação ideol-

ógica, em melhorar a condição ideológica, em melhorar a condição ideológica do partido em favor das concepções proletárias.

A luta ideológica, aliás, ou a luta abstrata, não é uma luta abstrata. Ela só tem valor quando inter-relacionada com a luta política, levando-se em conta que, se as coisas não forem vistas sob o ângulo da ideologia de classe do proletariado, nada se conseguirá no terreno da política.

Por exemplo, pois o governo Getulista a linha política foi levada a uma derrota (a de 1º de abril) em consequência da falta de condições ideológicas. Ou seja — de nossa parte — a existência de profundas mudanças de classe — burguesas, no curso de uma flagrantíssima luta política do governo, então empenhada na luta pelas reformas de base.

Todos os partidos e homens (teóricos ou práticos) que avançaram no caminho da revolução marxista, se o fizeram reformando sua ideologia no curso de suas lutas. Assim, os Marx e Engels — fundadores do socialismo científico — antes de se transformarem em marxistas, eram hegelianos de esquerda, e, em dado momento, feuerbachianos, como comentaristas. Não teriam superado suas condições de democratas radicais, se não tivessem sido submetidos ao ensino de proletariado e não tivessem tido a ideologia.

O caso de Cuba é outro exemplo. Ali, reformas ideológicas foram efetivadas no curso da luta interna, e a ideologia que se foi dando, na prática, o império da crítica e da autocrítica.

É por isso que a crítica e a autocrítica fazem parte obrigatória e indispensável do método aplicado na condução da luta interna. E necessário não esquecer — nesse caso — que o emprego da crítica e autocrítica exige como ponto-de-partida fixar uma posição de classe (a posição de classe do proletariado), para o exame dos erros cometidos. Examinados esses erros — sob tal ponto-de-vista — não é difícil chegar à conclusão de que o fundamental na luta interna é o método de emancipação e chegar a uma reforma de ideologia.

Como tal entende-se resumir as posições ideológicas falsas e chegar às posições ideológicas inerentes à classe operária.

Quais são as possíveis falhas, quais as que correspondem aos interesses do proletariado?

A luta interna pode responder a estas questões — no caso brasileiro — quando se confrontam as ideias em torno da hegemonia da revolução, do questionário agrário, da aliança operário-camponesa, do problema do poder, da constituição da frente única, dos caminhos da revolução (pacífico ou armado), da crítica eleitoral, das formas de luta, do papel do partido, de sua independência de classe ou do rebolombão ante a burguesia, e várias outras questões.

(continua)

Mil faces das Teses: Para a ação se torna necessário uma concepção revolucionária e um instrumento

PAULO COELHO

Não se pode, pela complexidade, num só trabalho, abordar todas as questões inseridas nas Teses.

O que salta à vista, logo, é o caráter eclético das Teses, seu conteúdo gradualista, cuja evidência uma realidade dura: *toda época se condiciona a uma concepção ideológica.*

Se for reformista leva à um polígono estático, liquidacionista, decaracterizador do papel do Partido, como instrumento de vanguarda, acabando por negar seu caráter de classe.

Ninguém pode negar que os comunistas lutam pela transformação revolucionária da sociedade brasileira. Esta consigna, porém, foi abandonada, porque o instrumento de vanguarda, *abastardado* pelas concepções reformistas, ficou completamente desarmado, ideologicamente.

É difícil, assim, aceitar que "a falsa concepção da revolução brasileira exprime à nossa atividade um sentido imediatista, da pressa pequena burguesa", segundo o capítulo VI, item 64, das Teses.

Insistindo na afirmação do predomínio de concepções reformistas, portanto de direita (não há nenhuma sentido imediatista) e afirmando *no charco do desenvolvimentismo, fora, portanto, do leito revolucionário*, o Partido perdeu sua independência de classe.

O golpe de 1 de abril, precedido realmente "de atos de uma cidadela brasileira", caiu como um raio no vazio da liberal-democracia, desnudando as ilusões de classe, a política de dependência à burguesia e substituição do imperialismo.

Não foram assimilados os ensinamentos leninistas e o marxismo foi rebalizado ao nível de uma corrente reformista, qualquer, exatamente na fase dos monopólios, da dominação econômica, da colonização do aparelho de Estado, da fusão do capital industrial, comercial e bancário, do estabelecimento de pactos militares, da ocupação de territórios e ações selvagens, de crimes cometidos contra os povos.

Mais do que revolucionários, fomos-socialistas-civilistas, em nome da classe operária e do campesinato. O *idealismo tropical* criou uma realidade crítica, inclusive um exército nacionalista e democrático.

Lênin foi arquivado. E ele dizia com coragem: "Só o Partido político da classe operária, quer dizer, o Partido Comunista, está em condições de unir, educar e organizar a vanguarda do proletariado e de todas as massas trabalhadoras; só este Partido é capaz de levar consigo as grandes massas trabalhadoras para a luta pela derrocada do capitalismo e a construção do socialismo, tendo como única tática o marxismo, que educa a vanguarda do proletariado, *organiza as massas e prepara (o grifo é nosso) e conduz todo o povo ao socialismo, de orientar e organizar*

o novo regime, de ser mestre, dirigente e chefe de todos os trabalhadores e explorados para a construção de sua vida social sem a burguesia e contra a burguesia" (o grifo é nosso).

II

No último Congresso do PCUS, Brejnev afirmou "que os movimentos de libertação nacional haviam avançado, com o surgimento de novos Estados independentes, mas que o imperialismo procura conservar pela força das armas, o vergonhoso regime colonial".

Trata-se de uma verdade que ninguém pode negar, nem mesmo os herdeiros de Kautsky, Bauer, Adler e outros. O pedantismo e mesmo a traição dos interesses da classe não podem eliminar uma verdade, uma afirmação qualitativa, tomada na Conferência dos Partidos, em 1960, em Moscou.

Em sua Declaração se diz, — "que as massas populares se são convencendo (o grifo é nosso) que o melhor modo de acabar com o atraso secular e de melhorar suas condições de vida, é compreender o desenvolvimento não capitalista. E que somente seguindo esse caminho os povos poderão livrar-se da exploração, da miséria e da fome".

Al residir, o termo de uma corrente concepção revolucionária. A rigor ainda não se estudou o sentido e o significado da chamada revolução de 1930, quando o poder se achava nas mãos dos representantes da burguesia agrário-comercial, ligada à comercialização do café, que o detinha, manipulando o Estado em benefício próprio e já de seus aliados externos.

O que se pode dizer, não em caráter definitivo, é que essa burguesia e sua expansão são filhos de uma sociedade colonial, com base na escravatura, no latifúndio, gerando a Nação como gerla os negócios da fazenda.

Não podia compreender as tendências de modificações de infraestrutura, as transformações, como, por exemplo, o surgimento de unidades artesanais e fabris. As modificações introduzidas na sociedade brasileira, na década de 30, com a liquidação de parte do poder político da burguesia agrário-comercial e a já nascente hegemonia da burguesia industrial, são temas aqui referidos, como uma constatação, no estudo do processo histórico que as Teses não consideram.

A serviço de quem estava a ação revolucionária, na década de 40, 50, ou mesmo 60? A nosse vir, a questão proposta pela Declaração de Moscou, de 1960, não mereceu do Partido, do Comitê Central, um estudo profundo.

Na verdade, ou se reconhecia a linha do desenvolvimento capitalista,

ascendente, com suas implicações, seu modo de penetração, de organização social, com a consequente estrutura política e jurídica; ou se reconhecia que a mesma conflituava com os interesses da Nação e da classe operária.

Ou avançávamos para o desenvolvimentismo burguês, ou acumulávamos forças para impôr à burguesia, em nome da classe operária, do campesinato, dos componentes revolucionários, mudanças reais e não gradualistas da sociedade brasileira.

Como negar, que o pragmatismo das posições ecléticas, na década de 60 principalmente, etapa das lutas de libertação nacional, do neo-colonialismo, fez da Linha Política um instrumento do reformismo, um dogma, mesmo com a existência da gloriosa Revolução Cubana?

Objetivamente, com tais concepções ideológicas, se Kautsky usasse do *timul daria gritos panglossianos.*

III

Ou se faz uma política burguesa ou se faz uma política operária. Não é possível fazer as duas ao mesmo tempo, conforme pretendem os revisionistas. Esta questão central, de visão, é a que há ainda dúvidas, principalmente a respeito da *falsa burguesia nacional* (o grifo é nosso) com uma *ditadura fascista*, que serve aos interesses dos monopólios, que a luta de observancismo não são as fronteiras geográficas, mas sim as ideológicas, sugere a seguinte tese: *de que lado está a burguesia brasileira, sem é óbvio, o autêntico gradualista.*

Como deve proceder a classe operária e seu Partido? Não seria o caso de apenas derrotar a ditadura, mas avançar rumo as transformações da sociedade?

Cresce assim, e os revisionistas coram, a convicção de que nos marcos da terceira crise geral do capitalismo, caracterizada pela revolução socialista e pelas revoluções de libertação nacional, a liquidação do sistema colonial da revolução cubana, da herética resistência do povo vietnamita, de São Domingos, da Guiné Portuguesa, com ou sem burguesia, que é *válida a lei de que "quando se pretende frenar com armas a libertação, os trabalhadores podem e devem, após uma justa política de organização, impôr à violência das forças opressoras a violência revolucionária".*

Os revisionistas devem aprender com a história, mesmo ainda em diálogo com a burguesia, que o movimento de libertação nacional é parte do processo de transição do capitalismo para o socialismo e que a luta de classe se funde, naturalmente, com a luta pela libertação nacional.

Torna-se portanto cristalino que cabe à classe operária e ao seu Par-

tido de vanguarda, a tarefa de lutar por mudanças qualitativas, sem ceder um milímetro em questões de princípio, levando em conta que hoje a tendência geral do capitalismo é de concentração acelerada da produção e do capital nacional e internacional, com a utilização sistemática do aparelho de Estado, em função da política dos monopólios, principalmente norte-americanos.

Um Partido capaz de comandar a revolução brasileira, armado da teoria marxista-leninista, para a ação, com o domínio da realidade brasileira, libertado da ideologia reformista, preparado para qualquer tipo de luta, inclusive para os choques armados com o imperialismo e seus agentes, que entenda que o capitalismo não pode e não permite a solução dos problemas de nosso tempo, assegurando um máximo desenvolvimento dos meios de produção e satisfazendo as necessidades dos trabalhadores e das massas populares, é a grande tarefa do momento.

Lastimavelmente, em 1º de abril de 1964, pelas ilusões de classe, pela incompreensão do papel de vanguarda do Partido e pela desorganização da classe operária, do campesinato e concepção *utilista e desresponsável, no caso do Comitê Central, a terrível derrota foi imposta.*

Concluindo, deve-se destacar a importância deste debate e de suas conclusões finais para que se possa aprofundar os erros cometidos, reforçar a unidade no processo de ação e reformular as concepções ideológicas. O desamento, a desmoralização, as crises, a dispersão, o idealismo filológico, distarçam, segundo Lênin "as posições dos contra revolucionários; os revolucionários aprendem, porém, nas fases mais difíceis, uma lição de dialética histórica, uma lição de inteligência na condução da luta política".

Para atacar, se torna necessária uma concepção revolucionária. Para recuar, uma concepção revisionista revigorada, sempre levando em conta que se torna necessário uma luta implacável, no plano político e ideológico, contra a ideologia burguesa ou pequeno-burguesa, que freia a luta de classe, que pratica a conciliação, que transforma o partido de vanguarda em organização de caráter reformista e burocrata.

Ao idealismo tropical, as concepções reformistas, a oposição deve ser feita no plano da ação concreta, partindo-se das posições da classe operária, de seu aliado fundamental, do marxismo-leninismo.

O ecletismo é a morte de uma posição de vanguarda. No plano ideológico, é a negação de uma posição de classe.

Desvio de "direita", desvio de "esquerda" ou uma discussão bizantina

CAIO SANTA MARIA

No terceiro parágrafo da Tese 64 coloca-se a questão mais importante a ser discutida neste debate. Ali se diz:

"O revés sofrido em 1964 pôs a nu muitas de nossas debilidades e revelou com maior clareza a nefasta influência que tem em nossas fileiras, a concepção do próprio CC, uma falsa concepção da revolução brasileira, de fundo pequeno-burguês e golpista. É uma concepção que, independentemente da linha política, acertada ou não, se tem manifestado de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa atividade revolucionária e que consiste em admitir a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação das cúpulas, ou melhor dos casos, do Partido".

Esta afirmação contém uma denúncia franca e aberta da deformação ideológica existente no Partido: a predominância de concepções ideológicas pequeno-burguesas, não proletárias, anticomunistas, portanto, que se traduzem na prática na negação das massas e de seu papel na revolução, e no golpismo como método de ação revolucionária.

A verdade da denúncia é indiscutível. Basta examinar alguns momentos importantes de nossa história, com um mínimo de espírito autocrítico, para ver-se que a correta avaliação do estado das massas, do seu nível de consciência, do seu grau de organização e disposição de luta não tem sido para nós o dado que conta, nos momentos decisivos. Tomamos sempre a árvore pela florista, isto é, julgamos que o estado de espírito do Partido e de alguns

grupos já expressa a disposição de luta de toda a massa. Foi assim em 1935, quando chamamos à insurreição armada. Não fora a exceção de Natal, onde um certo número de trabalhadores uniu-se ao quartel rebelado, a desejada insurreição não teria passado de mais um quartelada típica. Foi assim em 1948/54, no período de vigência do Manifesto de Agosto, quando pretendíamos sublevar o povo e derrubar o governo através da ação de pequenos grupos de comunistas armados. E foi assim em 1963/64, quando tomamos o início, ou o meio de um processo em desenvolvimento pelo seu ponto culminante. Imaginava-se que a combatividade de alguns setores da classe operária já representava o sentimento e a disposição de toda a classe; pensava-se que a luta dos sargentos por reivindicações elementares, como o direito de votar e ser votado, a melhoria dos quadros de acesso ao oficialato, o direito de livre associação, já representava uma disposição revolucionária geral de toda a massa de sargentos; supunha-se que a luta dos marinheiros pelo direito de casar, pela melhoria do rancho, pelo direito de votar, já indicava um amadurecimento revolucionário de todos os marinheiros. Da mesma forma, emprestava-se ao movimento organizado que surgia no campo uma extensão e um nível revolucionário que ele ainda não tinha.

É certo que existiam em todos os setores grupos conscientes e dispostos a ações verdadeiramente revolucionárias, mas a grande massa ain-

da não estava nesse nível. Houve uma falsa avaliação, voluntarista e arbitrária, que levou ao aparecimento, dentro e fora do Partido, da idéia de que se os gorilas levantassem a cabeça seriam esmagados. Essa idéia não foi veiculada pelo CC, como falsamente se propala, mas alguns de seus membros, individualmente, a encamparam e até difundiram. Temos aí três momentos importantes da vida do Partido, em que predominou a tendência pequeno-burguesa e golpista, o desprezo pelas massas e a crença de que uma pequena vanguarda poderia decidir, sem a participação efetiva das grandes massas.

A concepção pequeno-burguesa e golpista é muito antiga e arraigada em nossas fileiras, remonta ao período de formação do Partido, e vem resistindo obstinadamente à crítica. Em 1935, alguns camaradas que caracterizavam o insucesso da insurreição como decorrência do golpismo pequeno-burguês, fundamentalmente, foram silenciados na generalidade de uma frase que não diz nada: "o Partido não estava à altura dos acontecimentos". Mais tarde, essa frase foi incorporada aos nossos documentos oficiais e deu-se por encerrada a análise crítica do movimento armado. Em 1951, a reação esboçada ao golpismo do Manifesto de Agosto foi punida até com expulsões e o carimbo de "poder oportunista de direita" foi distribuído fartamente.

Agora, o que se nota é a mesma reação, violenta e irritada, da concepção cetrinha. Através de alguns

camaradas eia, a concepção cetrinha, pequeno-burguesa e golpista, tenta se refugiar em uma discussão bizantina: desvio de "direita", ou desvio de "esquerda", como se ambos não tivessem o mesmo fundo ideológico. Quem não toma as massas como e dado primordial de qualquer ação revolucionária, está cometendo um erro, que por se ser caracterizado como de "esquerda" ou de "direita", muitas vezes segundo o ângulo em que o crítico se coloca, previamente:

Com a discussão colorada nestes termos teremos uma panacéia, mas carimbo para cada um, mas contaremos com o mesmo erro de sempre, ou seja, substituindo as massas e o seu papel na revolução. E isto sim é revisionismo, para que revista a tese heilar de Marx, segundo a qual são as massas trabalhadoras que fazem a história.

O combate ao desvio ideológico denunciado pelas teses aprovadas pela maioria do CC só será possível mediante o aprofundamento do exame crítico e autocrítico, baseando-se as causas e as origens do fenômeno negativo, nunca através de "alaguns" pré-fabricados, ou do jogo de palavras.

Pessoalmente considero-me perfeitamente enquadrado dentro da crítica formulada pela maioria do CC e espero poder contribuir, com a minha própria autocrítica, para corrigir esse erro fundamental em nossas fileiras. Como militante antigo, contribuí em maior ou menor grau, por ação ou omissão, para que o aventurismo golpista, a substituição das massas e do seu papel tivesse curso no Partido.

A Reforma Agrária Radical e as Classes e Camadas no Campo (I)

WILSON SILVA

A característica principal de uma verdadeira reforma agrária, consiste na confiscação das terras dos latifundiários e sua distribuição aos camponeses sem terra, aos que possuem terras insuficientes para trabalhar e a todos os que desejam queiram tornar-se lavradores e produzir. Mas este enfoque e distribuição de terras somente poderá ser realizado corretamente, se o Partido Comunista tiver clareza suficiente da diferenciação de classes no campo, isto é: quem é latifundiário, quem é camponês rico, camponês médio, pequeno camponês, proletário rural e semiproletário do campo, diferenciação esta surgida com o processo histórico de desenvolvimento da agricultura e de penetração do capitalismo no campo.

Se se confiscar terras de quem não deve ser tocado, ou de propriedade, julgando que tais pessoas são latifundiárias, quando não o são, comete-se um erro "esquerdista", e com isto, impede-se de distinguir quem é inimigo e quem não é o nesta etapa da revolução. Tal atitude isola as forças revolucionárias, dá armas à contra-revolução imperialista. Mas, de outro lado, se não se confiscam as terras dos latifundiários que devem ser confiscadas, julgando que tais latifundiários não o são, comete-se um erro "direitista", e a tarefa da revolução de liquidar com o monopólio da terra e dos latifundiários com a classe é imediatamente prejudicada, dando-se também neste caso, armas à contra-revolução interna. Não se pode, a pretexto de ter uma posição "firme e rígida" para a maior "pureza" na frente única, aumentar o número de inimigos no campo, ou de não existir. Mas também não se deve, a pretexto de se fazer uma frente única com "toda amplitude", diminuir os inimigos no campo quando eles existem. Para se evitar tais erros, é necessário não confundir latifundiários com camponeses ricos, nem camponeses ricos com camponeses médios, nem médios com pequenos camponeses, nem estes com o proletário e semiproletário rural, e vice-versa. A fim de se realizar uma reforma agrária correta, o decisivo está em se ter uma nitida clareza da diferenciação de classes no campo.

Os princípios teóricos e as linhas gerais para uma justa análise de classes no campo, foram elaborados pelos clássicos do marxismo e são válidos para todos os países. Especialmente Lênin desenvolveu esta teoria e deu fabulosa contribuição ao mundo para o proletariado ter uma base sólida entre a população rural no processo da revolução, garantir sua vitória e sua consolidação após a tomada do poder pela classe operária. Sua aplicação prática tem sido comprovada como correta em todos os países onde se realizou a revolução e foi feita a verdadeira reforma agrária, sob a direção da classe operária, com os Partidos Comunistas à frente.

Do ponto de vista marxista, a população rural divide-se em classes e camadas. Os latifundiários; os camponeses ricos; o proletariado rural e os camponeses médios; os pequenos camponeses e o semiproletário rural são

camadas porque são categorias que estão ainda em processo de decomposição e ainda não estão totalmente definidas. Alguns podem conseguir (muito raramente) tornar-se camponês rico, mas a lei geral do desenvolvimento do capitalismo é arruinar a maioria esmagadora dos camponeses e transformá-los em assalariados agrícolas ou operários das indústrias urbanas.

Cada uma das classes e camadas no campo, devido ao papel que desempenham na produção, tem também sua posição definida diante da reforma agrária e da revolução em geral. O critério acertado para a análise da diferenciação das classes no campo não parte das suas condições de vida, nem outro qualquer critério semelhante. O critério correto é saber quem os homens possuem os meios de produção e como produzem. Saber quem são os que possuem as terras, as máquinas, as ferramentas etc., e em que grau possuem tudo isso, é o critério que se conseguiu. Quem tem o capital e quem não o tem. Saber quem trabalha e nada possui e quem não trabalha e é dono de tudo. Se os que produzem são donos dos meios de produção ou não. Saber se os que plantam a terra e produzem os cereais e outras riquezas, são os próprios braços só donos dessa produção, ou se produzem em terra alheia. Se ao vender sua força de trabalho, recebem em dinheiro, e depois vão comprar do patrão ou de outro especulador da cidade por preços elevadíssimos, para a comer, os próprio cereais.

Com este critério pode-se definir acertadamente a diferenciação de classes no campo, em qualquer região do país. Lênin classifica as classes e camadas no campo da seguinte maneira, o que nos ajudará a entender a vez como isto se dá também em nosso país.

1. — PROLETÁRIO RURAL são os operários do campo, isto é, os assalariados que trabalham por dia, por hora, por semana, por mês, por ano ou por tarefa (empregada) e recebem seus salários em dinheiro, ou em ordens para retirar sua mercadoria nos "barracos" ou nos armazéns de fazendeiros e instalados em propriedade, ou de fornecedores na cidade. O que caracteriza o proletário rural é que são trabalhadores que vendem sua força de trabalho em dinheiro, da mesma maneira que os operários da cidade, que trabalham nas fábricas. Lênin diz que a tarefa fundamental dos Partidos Comunistas em todos os países, consiste em organizar esta classe de trabalhadores do campo, separados dos demais grupos da população rural, tanto no terreno político, militar, sindical, cooperativo, cultural, etc. Descorrevol entre eles uma intensa propaganda e agitação a fim de atraí-los para o lado do proletariado da cidade. Para nós, proletários rurais são todos os assalariados agrícolas que trabalham nos engenhos e usinas de açúcar, nas fazendas de café e de cacau; nas fazendas de algodão e em outras culturas da lavoura e recebem seu salário em dinheiro, não importa se o recebem de qualquer uma das formas acima

explicadas. O proletário rural é o trabalhador que não possui nenhum meio de produção, não é dono da terra que trabalha. É uma mercadoria como outra qualquer, e o preço de seu trabalho está sujeito à oferta e procura. Quando há muito serviço e poucos trabalhadores, seu preço se eleva. O contrário acontece quando há muitos trabalhadores e pouco serviço. Então, o preço baixa.

2. — SEMIPROLETÁRIO "ou camponeses parcelários" como os classificou Lênin, são os trabalhadores do campo que ganham seu sustento trabalhando uma parte do tempo em seu pedacinho de terra próprio, ou arrendado de outro, e outra parte do tempo trabalha como assalariado agrícola para os fazendeiros, para os camponeses ricos ou para os fazendeiros, para os camponeses ricos ou para os arrendatários. Também costumam trabalhar em vários serviços nas cidades ou que moram no interior perto de centros urbanos ou nas próprias cidades. O que esse trabalhador não ganha plantando a terra, apenas cobre a metade mais ou menos de sua despesa, e por isso se obriga a trabalhar como assalariado para cobrir a outra parte que necessita. Os semiproletários, de forma geral, vivem sempre em grande miséria. São semiproletários porque não são nem donos, totalmente, nem proletários definidos, porque uma parte de sua manutenção procede do que ele mesmo produz. Seu destino é tornar-se proletário.

3. — PEQUENOS CAMPONESES, são os lavradores que plantam um pedacinho pequeno de terra, próprio ou arrendado de outro, que mal dá para sustentar pobremente sua família. Não contrasta assalariados agrícolas. Trabalha a terra somente com sua família. Não trabalha fora de sua terra para ninguém; nem como assalariado, nem como arrendatário. Vive exclusivamente do pedacinho de terra que planta. Não explora ninguém.

O desenvolvimento do capitalismo no campo vai arruinando cada vez mais esses pequenos camponeses, transformando-os em semiproletários e em proletários rurais. Muito raramente algum consegue se agarrar e tornar-se camponês médio ou rico.

Estes três grupos juntos — pequenos camponeses, semiproletários do campo e proletário rural — são os que constituem os camponeses pobres, como os classificou Lênin. Assim são chamados camponeses pobres porque são a parte dos trabalhadores do campo que cultivam a terra, seja como assalariados, semiproletários ou totalmente produtores lavradores, mas não exploram ninguém e vivem exclusivamente de seu trabalho explorado pelos patrões. E em todos os países, mesmo os mais avançados do sentido capitalista, essas três categorias de trabalhadores do campo, estão condenadas a vegetar em condições de vida semilavradas, oprimidos e perseguidos em suas terras, e pelos latifundiários e os capitalistas, e a serem a mostrava Lênin. E nestas mesmas condições vivem esses trabalhadores do campo no Brasil.

O conjunto destes três grupos representa a maioria dos trabalhadores rurais, e por isso, é a base fundamental no campo onde o proletariado urbano deve apoiar-se para realizar a revolução, tanto no campo como na cidade. Esses camponeses pobres constituem o núcleo decisivo de apoio da classe operária e do Partido Comunista para realizar a reforma agrária radical, porque são os mais interessados no campo em que se liquide com o monopólio da terra e com os latifundiários como classe.

Algumas pessoas pensam que os assalariados agrícolas nada têm com a terra; que deixaram por completo de se interessar em possuir um pedacinho de chão; que só lhes interessa viver vendendo sua força de trabalho por um salário regular, e que por isso não se interessam pela reforma agrária. Está completamente errada as pessoas que assim raciocinam.

Uma parte dos assalariados agrícolas são camponeses que foram arruinados pelo capitalismo e pelos latifundiários, despojados de suas terras e obrigados a trabalhar como jornaleiros. Outra parte são os sequeiros de café, peões das estâncias, trabalhadores das lavouras de cana-de-açúcar, plantações de roças etc. Em parte já pensam como operários, porque vivem de salários e não possuem nenhum meio de produção. Mas em grande parte têm mentalidade de camponês, senão em errada ideia de um pedacinho de terra e trabalhar como produtor para si.

Seria uma grave erro transformar os assalariados agrícolas todos em camponeses após a vitória da revolução, quando fazem parte do proletariado do campo. Mas também não constitui grave erro não se dar terras a uma parte de assalariados agrícolas que a desejarem. De um lado é preciso satisfazer o desejo dos que querem trabalhar na terra, levando-se em conta que o assalariado agrícola ainda é muito atarracado à terra e há interesse no início de se colocar o maior número de pessoas a produzir por sua conta, mesmo com seus poucos recursos e com a técnica atarracada que existe, querendo esta não se pode liquidar de início. De outro lado, vitória da revolução, o novo poder revolucionário não pode abandonar no início toda a agricultura em grandes extensões estatais, embora estas sejam muito mais rendosas e facilitem o aumento da produção à base do trabalho assalariado. O fim será esse. Mas no início isso é muito prejudicial transformando em empresas estatais, o novo poder revolucionário que saiu de uma guerra interna com grande danos a reparar. É necessário que as grandes usinas de açúcar, as grandes e mais importantes fazendas de café, de cacau, plantações de arroz e fazendas de algodão, sejam transformadas em empresas estatais, a maior parte delas; e outras em cooperativas de trabalhadores. Deve-se criar a propriedade camponesa à base da distribuição de terras a todos as pessoas que se dispuseram a trabalhar nas empresas estatais, produzir sem onerar muito o Estado na primeira fase da revolução.

(continua)

Por Uma Tática Revolucionária

B. RODRIGO

Com a linha política aprovada no V Congresso, avançamos bastante no terreno da mobilização de massas e contribuímos, assim, para a unidade e o desenvolvimento das forças nacionalistas e democráticas. O movimento operário e camponês, embora ainda de cúpula, atingiu a nível nunca vistos em nosso país.

No entanto, para sermos sinceros, devemos reconhecer do ponto de vista teórico que, ao aplicarmos a linha política do V Congresso, cometemos um gravíssimo erro: o de colocar em termos absolutos a possibilidade de levar nosso povo à vitória, não somente através de formas pacíficas e legais.

Na realidade, desde 1960, toda a nossa atividade diária, objetivando o fortalecimento da frente nacionalista e democrática e a mobilização das massas para a luta, faziam exatamente com a perspectiva de soluções graduais e pacíficas, seja através da pressão de massas — por meio de comícios, manifestações, greves econômicas e políticas — seja por via eleitoral.

Essa orientação unilateral, que se afastava inteiramente da outra possibilidade de desenvolvimento, através de choques armados, prevista na própria Resolução do V Congresso, contribuiu decisivamente para desarmar e desmobilizar o Partido, e as massas sob nossa influência, no caso em que as forças de reação assumissem a iniciativa de ações armadas.

Vivemos experiências amargas em conseqüências desse desvio. Apesar da aberta conspiração golpista dos grupos reacionários e apesar de ser de conhecimento público que os latifundiários e grileiros se armavam ostensivamente, não tomamos nenhuma iniciativa que pudesse levar à resistência organizada e armada por parte das massas populares e, particularmente, dos operários e dos camponeses.

Frente ao golpe militar deflagrado a 31 de março de 1964, nossa concepção das formas de luta e, em conseqüência, nossa capacidade de resistência, não iam além da greve geral política e das manifestações de ruas.

Atendendo ao chamamento do CGT, mais de 100 mil operários fluminenses foram à greve geral contra o golpe militar entreguista. No campo, milhares de lavradores mantinham-se mobilizados sob a orientação de seus sindicatos e associações. A maioria esmagadora dos estudantes e considerável parcela da massa popular, embora desorganizada, estavam contra o golpe. Nos mais importantes municípios, a correlação de forças era nos francamente favorável.

Em Caxias, sob o comando do CGT local, milhares de operários das grandes empresas estatais — Refinaria Duque de Caxias, Fábrica Nacional de Motores, COPEV — e demais empresas, concentravam-se

nos sindicatos e na praça pública. Nos arredores, a massa combativa dos posseiros estava mobilizada para participar da luta.

Identica situação existia em Nova Iguaçu e Magé.

Em Nilópolis e Meriti a população aguardava, nas ruas, orientação para participar da resistência aos golpistas.

Em Campos, Cabo Frio e Cachoeiras de Macacu, trabalhadores da cidade e do campo, com apoio da população, ocupavam praticamente suas cidades e concentravam-se nas praças centrais, prontos a contribuir, ativamente, para a derrota do golpe reacionário. Situação quase semelhante se desenvolvia em Macaé, com a mobilização da massa de ferroviários da Leopoldina e dos camponeses daquele município.

No importante centro metalúrgico de Volta Redonda, milhares de operários também foram às ruas, em passeatas e demonstrações vigorosas.

Em Três Rios, a massa proletária das ferrovias e das outras empresas congregou o conjunto da população para barrar o acesso da cidade às tropas golpistas provenientes de Minas.

Petrópolis mostrou o vigor de seu proletariado têxtil e o espírito de luta de sua população, através da paralisação de suas empresas e de concentrações matinais em suas ruas e praças.

Também a capital, com suas características de grande centro político e de sede do poderoso contingente operário da construção naval, respondia em nível alto à convocação para a luta, através da greve geral política e de manifestações. O mesmo acontecimento no município vizinho de São Gonçalo.

Todo o Estado do Rio, de norte a sul, da orla marítima às fronteiras de Minas, estava, assim, disposto a responder com a violência das massas ao golpe armado das forças de reação.

Faltavam, apenas, uma orientação firme e clara para a luta — e os meios para executá-la.

Essa orientação e esses meios, entretanto, não vieram. O que veio foi, apenas, a capitulação sem luta do Governo Goulart.

Nesse momento, assistimos, ao mesmo tempo comovidos e revoltados, como comunistas e vanguarda do povo, ao protesto vigoroso e ao inconformismo declarado das massas trabalhadoras e populares. Operários, lavradores, estudantes, marinheiros, com lágrimas nos olhos, procuraram as lideranças sindicais e os dirigentes comunistas, suplicando armas e meios para barrarem o avanço dos golpistas. Delegações de ferroviários, rodoviários, marítimos, dirigiram-se ao Governo do Estado e aos quartéis do Exército solicitando armamento. Em toda parte, foram recebidas com evasivas e mistificações.

A burguesia nacional, de medo à guerra civil, entregava-se a reação pacífica e reclusa, colacionadamente, todas as portas à resistência popular.

31 de março e 1º de abril constituiram, assim, uma experiência muito amarga para nosso povo e, em particular, para os comunistas fluminenses.

A vida mostrou não apenas a in-conseqüência da burguesia aliada. Mostrara também, como traços vivos de humilhação e impotência, a gravidade de seus erros, ao termos levado ao absoluto a possibilidade de um desenvolvimento gradual e pacífico na vida política nacional.

A esse erro, fomos levado pelas ilusões nas possibilidades revolucionárias da burguesia nacional, representada pelo Governador Goulart; pelo abandono da teoria marxista da luta de classes e pela ilusão infantil de que as forças de reação entregariam sem luta suas posições e seus privilégios pela perda de independência política que nos levou a colocar os destinos do movimento democrático e a sorte de nosso povo nas mãos do chamado dispositivo militar do Governador Goulart; pelo abandono dos interesses fundamentais das massas trabalhadoras da cidade e do campo — traídas no momento decisivo por seus governantes e, ao mesmo tempo, transformadas num exército político sem comando em conseqüência da omissão de seus dirigentes.

de maneira muito clara, esse abandono de nossa clara, esse abandono dos interesses de classe e essa perda de independência política com os nossos bem detinidos do oportunismo de "direita".

A esses fatos e experiências, intencionalmente vividos pelos militantes e pelo conjunto da população do Estado do Rio, não corresponde, nem de longe, a análise das condições existentes em março de 1964, apresentada nas Teses do Comitê Central.

Ao contrário: as Teses deformam os fatos, na tentativa de forjar argumentos que justifiquem a tática oportunista definida em seu Capítulo V.

UMA TÁTICA REFORMISTA, A REBOQUE DA BURGUESIA NACIONAL

Na realidade, a orientação política traçada no Capítulo V foge aos princípios que caracterizam a tática revolucionária do partido do proletariado.

Ela limita a luta de classe e as lutas de massas aos marcos do regime e da "legalidade" imposta pela ditadura. Não estimula a energia revolucionária das massas trabalhadoras e populares. Por isso mesmo, foge aos níveis altos das lutas de massas, tentando canalizar o descontentamento e as lutas do povo através de métodos e meios legais e fazendo da campanha eleitoral e da

atuação no Parlamento a espinha dorsal da oposição democrática.

Isso explica porque as Teses não chamam à derrubada da ditadura, mas sim a seu isolamento gradual e à sua derrota. Seu oportunismo vai ainda mais longe: visa à transformação gradual da ditadura, como se dela pudesse advir a redemocratização do país.

Definem, assim, uma tática consentida que procura esquivar-se no corredor estreito das possibilidades legais, que a ditadura mantém apenas para a fachada mentirosa do novo regime fascista instaurado em nossa Pátria.

Essa tática distingue-se muito pouco da posição política adotada pela burguesia nacional, tão bem expressa nos editoriais de "Última Hora" e do "Correio da Manhã".

É em nada se diferenciando, portanto, apesar das profundas modificações ocorridas em nosso país nos últimos dois anos, da orientação oportunista de "direita" que nos levou à derrota de 1º de abril.

DEFINIR UMA TÁTICA REVOLUCIONÁRIA

Não é essa, porém, a orientação política que o espírito de luta de nosso povo espera de vanguarda comunista.

A classe operária oprimida e roubada em seus direitos e em suas conquistas sociais; as massas trabalhadoras do campo, submetidas pela ocupação militar, à serpe de latifúndio; as classes e camadas médias das cidades, esmagadas pela carestia e pela política do FAMI; os estudantes em luta nas ruas por seu direito de aprender e pela autonomia universitária — enfim, as massas populares em seu conjunto — sentem dia a dia o mal que não se libertam do drama em que vivem sem a luta por todos os meios pela derrubada da ditadura. E compreendem também, dia a dia melhor, ante as restrições sucessivas que reduzem a quase nada os processos legais e transformam numa farsa odiosa as eleições em curso, que a derrubada da ditadura apenas na violência só será possível através da força e da violência.

Éis porque a tática dos comunistas não pode ter como centro os processos legais e as formas elementares de luta. Deve, ao contrário, ter como perspectiva um árduo e prolongado processo de lutas, em que se unissem e se combinassem todas as formas de lutas de massas — desde os protestos mais elementares, as assembleias, as greves econômicas e políticas, as manifestações de ruas até a greve geral política e à luta armada.

E deve definir com clareza o caráter revolucionário desse processo, do seu vínculo a seu fim, isto é, desde a conquista de um Governo provisório apoiado no povo, em conseqüência da derrubada da ditadura, até à conquista dos objetivos finais, que abrem a etapa do Socialismo e do Comunismo.